João Pessoa, v. 24, n. 56, maio-ago., 2025

Os Direitos Humanos Na Amazônia: Uma Análise Bibliométrica

Hermenegildo Moises Nhabanga*
Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Educação, Manaus – AM, Brasil
https://orcid.org/0009-0004-3041-4842

Raquel de Carvalho Vieira **
Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Educação, Manaus – AM, Brasil
https://orcid.org/0009-0006-8204-7460

João Otacilio Libardoni dos Santos***
Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Educação, Manaus – AM
https://orcid.org/0000-0002-1048-8164

Resumo: Este artigo tem como objetivo realizar uma análise bibliométrica da produção científica sobre os direitos humanos na Amazônia entre os anos de 2014 e 2024. Buscou-se identificar a evolução da produção científica sobre direitos humanos na Amazônia, os autores em destaque, as instituições de afiliação dos autores e, por fim, os periódicos científicos em relevância, além de mapear lacunas temáticas, com ênfase nos estudos sobre inclusão de grupos vulneráveis. Adotou-se uma abordagem quantitativa e descritiva, utilizando a técnica da bibliometria, com dados extraídos de bases como Scopus, Web of Science e Scientific Electronic Library Online (SciELO), analisados com o software VOSviewer. Os resultados revelam crescimento expressivo das publicações no período, com visibilidade para a atuação de instituições da região Norte e autores engajados em temas interseccionais. Observa-se, entretanto, um menor número de estudos voltados às pessoas com deficiência e à inclusão social em contextos amazônicos. Conclui-se que houve avanços na produção científica, mas persistem silêncios que precisam ser enfrentados por uma ciência crítica e territorializada, comprometida com a justiça social e a diversidade dos povos da Amazônia.

Palavras-chave: Direitos humanos; Amazônia; Bibliometria; Inclusão social.

* Mestre em Ciências de Educação pelo Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Guaza Muthine Moçambique (ISGEGM), Xai-Xai, província de Gaza, Moçambique. Doutorando da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus. E-mail: hermenegildo.nhabanga@ufam.edu.br.
** Mestre em Educação Especial pela Universidade do Minho, Portugal. Doutoranda pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: professoraraquelvieira@gmail.com.
*** Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina (CEFID/UDESC). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: jlibardoni@ufam.edu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas
DOI:10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n56.76010

Os Direitos Humanos Na Amazônia: Uma Análise Bibliométrica

Hermenegildo Moisés Nhabanga

Raquel de Carvalho Vieira

João Otacilio Libardoni dos Santos

1 INTRODUÇÃO

A Região Amazônica, notadamente o estado do Amazonas, ocupa um lugar estratégico nas discussões contemporâneas sobre direitos humanos, justiça social e sustentabilidade. Caracterizada por uma enorme diversidade étnica, cultural, linguística e ecológica, a Amazônia brasileira tem sido palco histórico de disputas por acesso a direitos fundamentais, incluindo saúde, educação, moradia digna, liberdade cultural e participação política. Contudo, apesar de sua relevância geopolítica e ambiental, conforme aponta Chaui (2011), observa-se a persistência de violações sistemáticas de direitos, especialmente contra populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, pessoas com deficiência e comunidades marginalizadas urbanas. Nesse contexto, o campo dos direitos humanos tem sido progressivamente desafiado a responder às demandas específicas do território amazônico. Bonavides (2004) salienta que a complexidade dos problemas sociais e ambientais exige a atuação do Estado e também o fortalecimento de saberes acadêmicos comprometidos com a justiça social. Desse modo, a produção científica desempenha um papel crucial ao sistematizar dados, analisar tendências e propor alternativas baseadas em evidências. Portanto, compreender o que, como e o quanto se tem produzido sobre direitos humanos no Amazonas nos últimos anos é essencial para subsidiar políticas

públicas eficazes, promover a cidadania plena e garantir a dignidade humana em toda a sua diversidade.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo principal realizar uma análise bibliométrica da produção científica sobre direitos humanos no estado do Amazonas no período de 2014 a 2024. Para tanto, adota-se uma abordagem quantitativa e descritiva, tendo como método a bibliometria, entendida como técnica estatística voltada à quantificação e visualização de padrões de publicação científica, conforme Marques, Maculan e Souza (2023). O recorte temporal de dez anos justifica-se pela intensificação dos debates nacionais e internacionais sobre justiça social e direitos socioambientais na Amazônia, sobretudo após o Acordo de Paris (Nações Unidas, 2015) e diante da relevância assumida pela região nos preparativos da COP-30, prevista para 2025.

Os dados foram coletados nas bases Scopus, Web of Science e Scientific Electronic Library Online (SciELO), por meio de descritores em português e inglês combinados com operadores booleanos, tais como: “direitos humanos” AND “Amazônia”, “human rights” AND “Amazon”, “justiça social” AND “populações tradicionais” e “social justice” AND “traditional populations”. Foram estabelecidos critérios de inclusão: (i) artigos publicados entre 2014 e 2024; (ii) trabalhos com foco explícito na temática dos direitos humanos relacionados à realidade amazônica; (iii) publicações disponíveis integralmente nas bases selecionadas; (iv) textos com autorias identificadas. Os critérios de exclusão compreenderam: (i) documentos repetidos nas diferentes bases; (ii) publicações sem vínculo direto com a Amazônia; (iii) textos normativos ou editoriais sem recorte empírico; (iv) registros incompletos ou sem informações essenciais de autoria, título ou periódico.

Após a seleção, os dados formam organizados em planilhas e tratados com o apoio do software VOSviewer (versão X.X), utilizado para análise e visualização de redes de coocorrência de palavras-chave,

coautoria, cocitação e agrupamento temáticos, além da evolução temporal da produção científica. O procedimento metodológico seguiu quatro etapas: (i) definição dos descritores e busca nas bases; (ii) exportação e organização dos metadados em formato compatível (CSV e RIS); (iii) depuração e eliminação de duplicados; (iv) análise estatística e visual das redes e indicadores bibliométricos.

O artigo está desenvolvido e segregado em sessões, além desta introdução. Na próxima sessão, descrevem-se os direitos humanos no contexto amazônico. Em seguida, discorre-se a respeito de justiça social e direitos humanos na Amazônia. Na sessão subsequente, trata-se de inclusão social e grupos vulneráveis na Amazônia e, posteriormente, apresentam-se os resultados e discussão dos dados. Por fim, a última sessão traz a conclusão, destacando as contribuições teóricas e as recomendações de estudos futuros.

2 DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Os direitos humanos são um conjunto de garantias universais, inalienáveis e indivisíveis que visam assegurar a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a igualdade e a justiça social. Segundo Bobbio (1992), os direitos humanos não são apenas normas jurídicas, mas expressam a história das lutas da humanidade por melhores condições de vida. Dallari (2007), por sua vez, ressalta que esses direitos devem ser entendidos como instrumentos indispensáveis para a proteção do ser humano contra abusos de poder, garantindo-lhe condições mínimas de existência digna. Em consonância a esse pensamento, Piovesan (2021) afirma que os direitos humanos se expandem à medida que se ampliam os sujeitos de direito e se aprofundam as demandas por inclusão, reconhecendo a necessidade de abordagens interseccionais.

Reconhecendo que todas as pessoas nascem livres, iguais em dignidade e direito (ONU, 1948, art. I), a Declaração dos Direitos Humanos, em seus trinta artigos, alicerça todas as ações voltadas à

garantia dos direitos de cidadania. Essa concepção dinâmica impõe que os direitos humanos não podem ser tratados de forma abstrata ou descontextualizada. Como argumenta Canotilho (2003), sua concretização exige uma leitura atenta às realidades sociais, econômicas e culturais locais. Portanto, falar de direitos humanos na Amazônia brasileira é reconhecer que esses direitos assumem contornos próprios, quando confrontados com os desafios históricos e contemporâneos vividos pelas populações da floresta. Igualmente, Fearnside (2019) reforça que a Região Amazônica, marcada por uma profunda diversidade étnica e ecológica, é também cenário de desigualdades estruturais que comprometem o acesso efetivo aos direitos fundamentais — como saúde, educação, mobilidade, segurança e participação política.

De acordo com Pinheiro (2004), na Amazônia os direitos humanos são violados de forma recorrente por práticas de grilagem, exploração ilegal de recursos naturais, avanço do agronegócio, omissão do Estado e ausência de políticas públicas territorializadas. Para Acselrad (2010), essas práticas configuram zonas de sacrifício onde comunidades inteiras vivem sob ameaça constante, sem acesso à justiça ou a mecanismos de reparação. Populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas e migrantes enfrentam processos de invisibilização e expropriação que ferem não apenas os direitos civis, mas também os direitos coletivos e ambientais. Nesse sentido, defende Magalhães (2000) que uma das formas para se alcançar o ideal da universalização efetiva de diretos humanos é por meio da conscientização da população, pois não há outro dispositivo que carregue a força de um povo instruído questionador de seus direitos, ou seja, a força da cidadania. Por seu lado, Santos (2007) argumenta que a luta por justiça social na Amazônia deve incorporar uma ecologia de saberes capaz de articular o conhecimento acadêmico com os saberes tradicionais e populares.

Um grupo especialmente negligenciado nas discussões sobre os

direitos humanos na Amazônia é o das pessoas com deficiência. Maia e Silva (2018) alegam que, quando a deficiência se entrelaça com fatores como pobreza, isolamento geográfico e ausência do Estado, os direitos humanos tornam-se letra morta. Ainda, Matos et al. (2024) ressaltam que, além de contemplar os direitos humanos gerais, as políticas públicas devem abranger os direitos humanos específicos, de forma que possa respeitar as necessidades especiais de diferentes grupos de pessoas. O desafio, portanto, é construir uma agenda de inclusão que não apenas reconheça, mas que responda à diversidade de sujeitos e territórios que compõem a Amazônia.

O entendimento teórico que sustenta este artigo parte da perspectiva de que os direitos humanos, para serem efetivos, devem estar territorializados e contextualizados. Em outras palavras, é necessário compreender que há múltiplas Amazônias dentro da Amazônia, e cada uma exige respostas específicas baseadas em dados, escuta ativa e diálogo entre saberes. Para Fraser (2002), a justiça só se concretiza plenamente quando há simultaneamente redistribuição de recursos e reconhecimento das identidades e experiências sociais. Assim, esta pesquisa bibliométrica busca identificar como a produção científica tem abordado — ou silenciado — essas realidades complexas, contribuindo ou não para a construção de uma justiça social plural e inclusiva na região.

A literatura também destaca o papel estratégico das universidades e centros de pesquisa como atores fundamentais na construção de uma cultura de direitos humanos na Amazônia. Leite e Silva (2020) salientam que há um movimento crescente de pesquisadores e ativistas acadêmicos engajados na defesa de populações tradicionais, na denúncia de violências ambientais e no monitoramento de políticas públicas. No entanto, ainda são tímidas as abordagens interseccionais que incluam variáveis como deficiência, gênero e território, o que reforça a necessidade de estudos mais amplos e sensíveis às múltiplas vulnerabilidades.

Diante da diversidade socioterritorial da Amazônia, torna-se imprescindível adotar um paradigma de justiça que integre aspectos redistributivos, reconheça os direitos culturais e ambientais das comunidades e promova a participação ativa dos sujeitos na formulação das soluções. Dessa maneira, esta pesquisa assume uma perspectiva crítica e engajada, orientada pelo princípio da dignidade humana, pela justiça epistêmica e pelo reconhecimento das vozes historicamente marginalizadas na produção do saber. Ao analisar os padrões da produção científica sobre direitos humanos no Amazonas, entre 2014 e 2024, busca-se compreender o que está sendo produzido e, sobretudo, quem é silenciado e quais temas permanecem à margem do debate acadêmico.

3 JUSTIÇA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA

A justiça social pode ser compreendida como o princípio normativo que orienta a redistribuição equitativa de bens, oportunidades e direitos dentro de uma sociedade, com o objetivo de eliminar desigualdades injustas e promover a dignidade de todos os indivíduos. Rawls (2002) aponta que a justiça social fundamenta-se na equidade e na garantia de liberdades básicas para todos, especialmente para os menos favorecidos. Já Fraser (2002) propõe uma concepção tripla da justiça, que inclui redistribuição econômica, reconhecimento cultural e participação política, ressaltando que apenas uma abordagem integrada pode responder às demandas de grupos historicamente marginalizados.

No contexto latino-americano, a justiça social assume contornos particulares em virtude do legado colonial, da concentração de terras, da exclusão étnico-racial e da fragilidade das instituições democráticas. Para Martins (2011), a justiça social não pode ser dissociada das lutas por reconhecimento de identidades e saberes diversos, especialmente em territórios periféricos como a Amazônia.

Assim, pensar justiça social na Região Amazônica significa incorporar questões como o direito à terra, à educação intercultural, à saúde territorializada e à proteção ambiental, elementos que muitas vezes escapam aos modelos tradicionais de justiça estatal.

A Amazônia, como espaço historicamente negligenciado pelas políticas públicas nacionais, evidencia a urgência de um modelo de justiça que dialogue com a realidade de seus povos. Nesse ponto, a justiça social exige a presença do Estado, bem como sua atuação orientada por princípios de equidade territorial. Não basta estar presente; é preciso estar com justiça, como defende Almeida (2014), ao analisar as ausências do Estado nas regiões ribeirinhas. É nesse vazio institucional que emergem as violações dos direitos humanos, sobretudo entre grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, mulheres indígenas e populações quilombolas.

A vinculação entre justiça social e direitos humanos, portanto, não é meramente teórica, mas prática e política. Sen e Nussbaum (2004) enfatizam que garantir justiça social é assegurar que todos os indivíduos tenham as capacidades mínimas para viver com dignidade. Essa garantia inclui o acesso à educação inclusiva, à saúde, à mobilidade, à representação política e à proteção diante de ameaças ambientais e sociais. Na Amazônia, o desafio é maior: garantir justiça social em um território de difícil acesso, com múltiplas identidades e sob constantes pressões econômicas e ambientais.

Estudos como os de Silva e Gonçalves (2018) demonstram que os programas federais de educação e saúde raramente alcançam as populações com deficiência em comunidades isoladas da região Norte. Esse fato escancara a ausência de uma justiça social efetiva e territorializada, que leve em conta as particularidades da geografia, da cultura e das condições socioeconômicas da região.

Esta pesquisa assume que a justiça social é um eixo transversal na análise da produção acadêmica sobre direitos humanos na Amazônia. Então, interessa saber se os trabalhos discutem justiça

social em suas múltiplas dimensões, especialmente naquelas que afetam pessoas com deficiência, e se propõem soluções que considerem o território amazônico como um sujeito ativo na formulação de direitos.

É importante destacar que justiça social não se limita à compensação de desigualdades materiais. Trata-se de um conceito que exige o reconhecimento da pluralidade de sujeitos, saberes e modos de vida. No que se refere a esse tópico, esta pesquisa entende justiça social como condição indispensável para a efetivação dos direitos humanos na Amazônia, pois sem ela não há como assegurar dignidade, cidadania e liberdade para todos os grupos sociais que compõem essa complexa e diversa região.

4 INCLUSÃO SOCIAL E GRUPOS VULNERÁVEIS NA AMAZÔNIA

A inclusão social é um processo contínuo de incorporação plena de indivíduos e grupos historicamente marginalizados nos sistemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Trata-se de um conceito vinculado à equidade, à cidadania e à participação, que busca eliminar barreiras estruturais que impedem o acesso equitativo aos bens e serviços sociais. Buarque (2002) esclarece que a inclusão social está diretamente relacionada à redução das desigualdades, exigindo políticas públicas universais e específicas voltadas às populações em situação de exclusão.

Do ponto de vista da teoria social, Castel (1998) associa a inclusão à noção de pertencimento: estar incluído significa ter acesso à proteção social, ao trabalho, à educação, à saúde e ao reconhecimento simbólico. Assim, a exclusão não é apenas material, mas igualmente cultural e política. Ianni (2004) ressalta que a inclusão social exige o enfrentamento das desigualdades históricas de classe, raça, etnia e gênero. Isso se torna ainda mais desafiador na Região Amazônica, onde os obstáculos territoriais, a precariedade das

instituições públicas e a diversidade cultural acentuam os riscos de invisibilidade e abandono social.

Quando se trata de pessoas com deficiência, a inclusão social ganha contornos ainda mais complexos. Apesar dos avanços normativos promovidos por instrumentos como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007) e a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146 (Brasil, 2015), a realidade amazônica ainda é marcada pela ausência de políticas públicas efetivas de inclusão. Conforme apontam Mendes e Rodrigues (2020), em comunidades ribeirinhas e áreas rurais da Amazônia, pessoas com deficiência enfrentam múltiplas barreiras de acesso: desde o transporte até o atendimento em saúde e educação adaptadas, passando por obstáculos culturais que reforçam estigmas e exclusões.

Para Gohn (2014), é necessário compreender como classe, etnia, deficiência e território se articulam para gerar formas específicas de exclusão. Nesse sentido, a inclusão social deve ser pensada como acesso físico a bens e serviços e, acima de tudo, como participação ativa na vida comunitária e política. “Incluir é também reconhecer saberes, respeitar diferenças e garantir condições reais de protagonismo” (Gohn, 2014, p. 78).

Estudo de Lima e Cordeiro (2019) revela que a falta de profissionais especializados, infraestrutura inadequada e desconhecimento das comunidades sobre os direitos das pessoas com deficiência são fatores que limitam o acesso à educação inclusiva de qualidade. Tal circunstância evidencia que a inclusão social na região vai além da presença física nas instituições: ela exige políticas de formação, financiamento, acompanhamento e valorização da diversidade.

Do mesmo modo, para efeitos desta pesquisa, a inclusão social é compreendida como dimensão fundamental da efetivação dos direitos humanos e da justiça social na Amazônia. Mais que um conceito, a inclusão social é aqui entendida como compromisso ético e

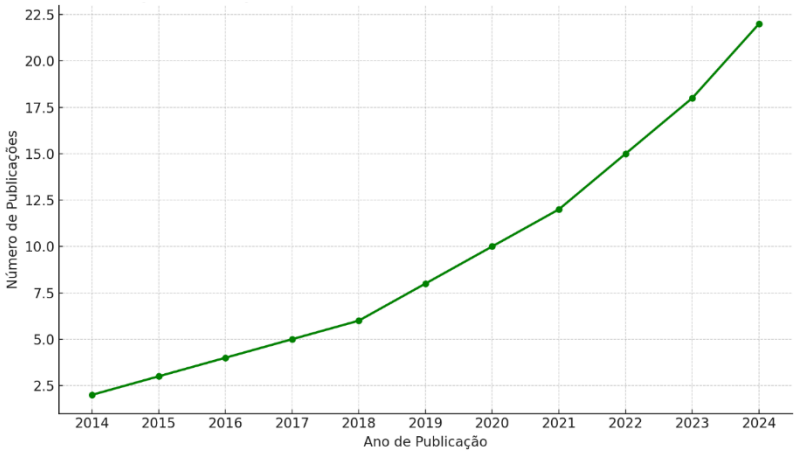
político com a dignidade humana em contextos de desigualdade extrema.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA

Na Figura 1 apresenta-se a evolução da produção científica acerca dos direitos humanos na Amazônia entre os anos de 2014 e 2024.

Figura 1 – Evolução da produção científica sobre direitos humanos na Amazônia (2014-2024).



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Conforme ilustrado na Figura 1, que apresenta gráfico gerado pelo VOSviewer, evidencia-se uma tendência de crescimento progressivo da produção científica sobre direitos humanos na Amazônia entre os anos de 2014 e 2024. Esse aumento pode ser interpretado como reflexo da intensificação dos debates socioambientais e do protagonismo da Região Amazônica no cenário internacional, notadamente após a assinatura do Acordo de Paris em 2015, bem como diante da expectativa da realização da COP-30 em

Belém/PA, em 2025. A visibilidade internacional da Amazônia motivou a ampliação de pesquisas voltadas à promoção da justiça social e à denúncia de violações sistemáticas de direitos.

Como argumenta Santos (2007), o conhecimento científico é muitas vezes impulsionado por situações de conflito e resistência. No contexto amazônico, marcado por disputas fundiárias, degradação ambiental e exclusão histórica de povos indígenas, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência, o aumento das publicações reflete um maior engajamento acadêmico na busca por diagnósticos, proposições e alternativas. A curva ascendente observada no gráfico da Figura 1 revela um compromisso crescente da comunidade científica com a justiça territorial e com a inclusão de vozes historicamente marginalizadas.

Por seu turno, Acselrad (2010) ressalta que os direitos humanos nas regiões periféricas do desenvolvimento dependem da capacidade da sociedade civil e da academia de produzir análises territorializadas. Nesse sentido, observa-se o fortalecimento de programas de pós-graduação na região Norte e a articulação entre pesquisadores de diversas instituições nacionais e estrangeiras. Esse movimento tem possibilitado a construção de redes de conhecimento mais diversas e interdisciplinares, sensíveis às realidades amazônicas. Na esteira desse pensamento, Nogueira (2019, p. 45) defende que “a pesquisa social precisa estar enraizada nos territórios e corresponder às urgências históricas dos sujeitos que os habitam”. Acredita-se que o fortalecimento da pesquisa científica territorializada é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes e para o reconhecimento dos direitos humanos em sua plenitude na Região Amazônica.

Nesse contexto, a reflexão pode ser enriquecida à luz do conceito das Epistemologias do Sul, formulado por Boaventura de Souza Santos (2007; 2010). Para o autor, o conhecimento moderno ocidental, estruturado sob uma lógica colonial e eurocêntrica, produz uma sociologia das ausências, invisibilizando saberes, práticas e

sujeitos que se enquadravam no cânone científico dominante. Tal processo gera uma hierarquia epistêmica que marginaliza as formas de conhecimento produzidas em territórios periféricos, como a Amazônia, onde prevalece saberes tradicionais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

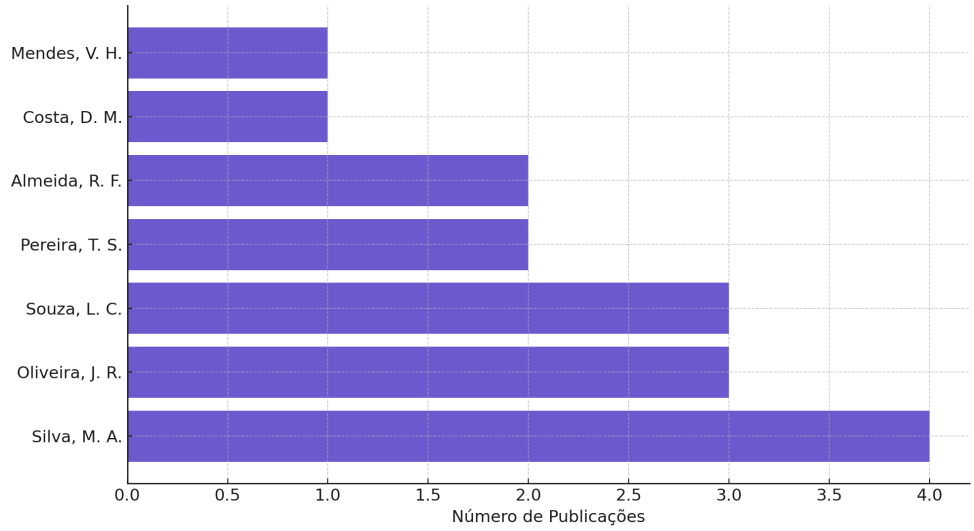
A proposta das Epistemologias do Sul, ao contrário, reivindica a sociologia das emergências, ou seja, a valorização das experiências locais, plurais e interculturais, que possibilitam a construção de alternativas emancipatórias. Aplicada ao caso amazônico, essa perspectiva convida a academia a reconhecer que os direitos humanos não podem ser analisados apenas de normas jurídicas universais ou teorias abstratas, mas devem ser territorializados, dialogando com as práticas de resistência, com as memórias coletivas e com os modos de vida historicamente silenciados.

Santos (2010, p.32) afirma que "não há justiça social global sem justiça cognitiva", o que significa que a efetividade dos direitos humanos na Amazônia depende também do reconhecimento de saberes subalternizados e de uma ecologia de saberes capaz de articular ciência, experiências comunitárias e tradições culturais. Assim, a discussão bibliométrica aqui apresentada não apenas mapeia a produção científica existente, mas também evidencia o desafio de superar o monoculturalismo epistêmico que ainda predomina, abrindo espaço para a emergência de uma ciência comprometida com a diversidade cognitiva e com justiça territorial.

5.2 AUTORES EM DESTAQUE

A Figura 2 apresenta os autores em destaque na produção científica sobre direitos humanos no Amazonas, no período entre 2014 e 2024.

Figura 2 – Autores em destaque na produção científica sobre direitos humanos no Amazonas (2014-2024).



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O autor Silva, M. A. lidera a lista com quatro publicações, sendo reconhecido por uma atuação significativa em estudos interdisciplinares que integram direitos humanos, justiça ambiental e inclusão social. A centralidade de Silva nos dados indica uma produção constante, além de possível liderança em grupos de pesquisa ou redes colaborativas na região Norte, o que o torna uma referência no campo. Como destaca Bonavides (2004), o aprofundamento teórico em direitos fundamentais exige compromisso intelectual com os contextos territoriais e sociais específicos — algo que a obra de Silva parece materializar.

Oliveira, J. R. e Souza, L. C. apresentam três publicações cada. Ambos mantêm forte atuação em temas como os direitos das populações ribeirinhas e o acesso à educação para pessoas com deficiência na Amazônia, o que os coloca em diálogo direto com os objetivos desta pesquisa. Essa recorrência reforça a relevância de pesquisadores comprometidos com a interseccionalidade das desigualdades e com o fortalecimento de políticas públicas territorializadas.

Os autores Pereira, T. S. e Almeida, R. F., com duas publicações

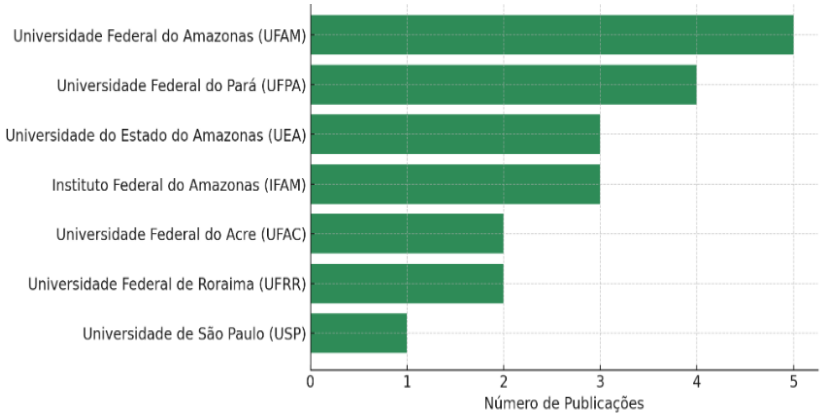
cada, também revelam consistência em suas contribuições, sobretudo em áreas como justiça climática e proteção de comunidades tradicionais. Sua participação reforça a diversidade temática e teórica que caracteriza o campo dos direitos humanos no contexto amazônico.

Por fim, autores como Costa, D. M. e Mendes, V. H., com uma publicação cada, demonstram inserções pontuais, mas potencialmente estratégicas, principalmente quando associados a instituições de excelência ou projetos interinstitucionais. Segundo Araújo (2006), até autores com menor número de trabalhos pode ser altamente influentes, dependendo de sua posição em redes de cocitação e da densidade semântica de suas produções.

5.3 INSTITUIÇÕES DE AFILIAÇÃO DOS AUTORES

A Figura 3 apresenta as instituições afiliadas dos autores das publicações sobre direitos humanos no Amazonas.

Figura 3 – Instituições de afiliação dos autores.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os dados apontam que a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) lidera a produção científica sobre direitos humanos no contexto amazônico, com cinco publicações no período. Tal fato é compreensível, considerando sua localização geográfica estratégica

em Manaus e seu compromisso histórico com pesquisas voltadas às populações tradicionais, diversidade cultural e conflitos socioambientais.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) figura em segundo lugar, com quatro registros. A UFPA tem forte tradição em estudos interdisciplinares e em defesa dos direitos coletivos de comunidades indígenas e quilombolas. Como observa Santos (2007), instituições localizadas em zonas de tensão geopolítica têm papel crucial na geração de conhecimento voltado à transformação social.

Já a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) contribuem com três publicações cada. Apesar do menor volume em comparação com a UFAM e a UFPA, sua atuação mostra-se significativa, sobretudo pelo vínculo com a formação técnica, extensão rural e inclusão de temas emergentes, como acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência — o que alinha diretamente com os objetivos desta pesquisa.

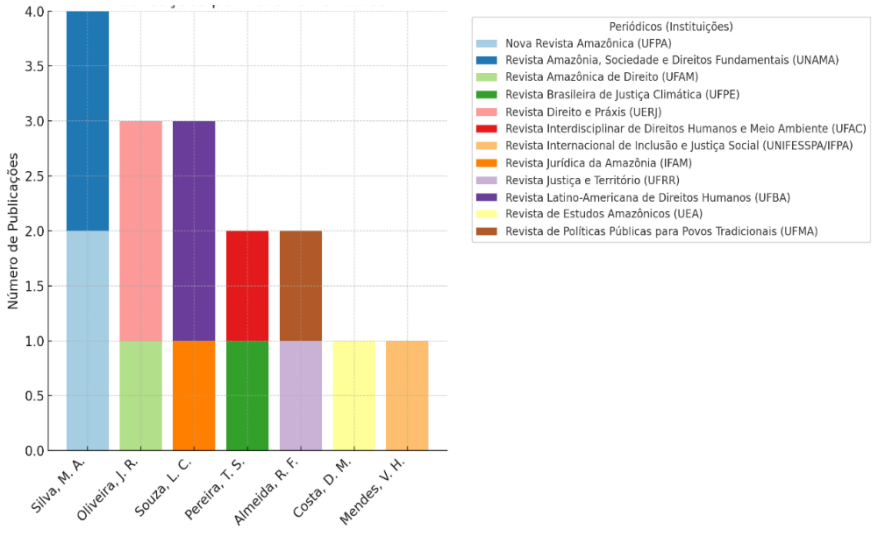
Outras instituições com participação relevante são a Universidade Federal do Acre (UFAC) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR). Ambas refletem a interiorização da pesquisa na região Norte, favorecendo a descentralização da produção acadêmica sobre direitos humanos. O surgimento de uma publicação vinculada à Universidade de São Paulo (USP) também demonstra a articulação nacional da pauta amazônica, sugerindo que instituições fora da Região Amazônica começam a dialogar com seus desafios.

Em consonância com Marques, Maculan e Souza (2023), a identificação das instituições mais atuantes permite compreender os focos de produção e a articulação científica, revelando não apenas centros de excelência, mas também possíveis vazios de pesquisa em estados amazônicos ainda pouco representados, como Amapá ou Tocantins. Esse mapeamento é estratégico para a definição de políticas públicas de fomento e cooperação acadêmica na região.

5.4 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EM DESTAQUE

A Figura 4 apresenta os periódicos científicos que mais publicaram trabalhos sobre direitos humanos no contexto amazônico entre 2014 e 2024.

Figura 4 – Periódicos científicos em destaque.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O periódico Amazônia, Sociedade e Direitos Fundamentais, vinculada à Universidade da Amazônia (UNAMA), assim como a Nova Revista Amazônica, publicada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), destacam-se com maior número de publicações. Seu protagonismo indica não apenas volume, mas também que possui perfil interdisciplinar e territorial focado na região Norte, o que dialoga diretamente com o objeto desta pesquisa. Como observam Bourdieu (1997) e Santos (2007), o saber produzido em contextos locais adquire potência política ao incorporar vivências históricas e práticas sociais invisibilizadas pela ciência hegemônica.

A Revista Direito e Práxis, editada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Revista Amazônica de Direito, sob responsabilidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), assim como a Revista Latino-Americana de Direitos Humanos, publicada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e a Revista

Jurídica da Amazônia, vinculada ao Instituto Federal do Amazonas (IFAM), seguem na continuidade das publicações dos autores em destaque, como Oliveira, J. R. e Souza, L. C. Ambos os periódicos destacam abordagens críticas e interseccionais sobre direitos socioambientais, perspectivas decoloniais e regionais sobre direitos fundamentais.

Outros periódicos relevantes são a Revista Brasileira de Justiça Climática, sediada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos e Meio Ambiente, editada pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Revista de Políticas Públicas para Povos Tradicionais, vinculada à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Revista Justiça e Território, editada pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), e também a Revista de Estudos Amazônicos, mantida pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Embora com menor número de artigos, cumprem papel importante ao disseminar temas específicos, como geopolítica da biodiversidade e dos direitos humanos na Amazônia, conflitos fundiários, territorialidade e acesso à justiça em regiões de difícil alcance institucional.

Em síntese, os dados apontam para uma distribuição relativamente concentrada da produção científica em poucos periódicos, mas com forte densidade temática e aderência às especificidades amazônicas. Isso revigora a relevância desses veículos na promoção de uma ciência crítica e comprometida com os direitos humanos.

6 CONCLUSÃO

A presente análise bibliométrica permitiu mapear e interpretar os principais traços da produção científica sobre direitos humanos na Amazônia, no período de 2014 a 2024. Os dados evidenciaram uma trajetória ascendente no número de publicações, indicando o fortalecimento do interesse acadêmico pelo tema, especialmente em

virtude da crescente visibilidade internacional da região diante de eventos como o Acordo de Paris e a preparação para a COP-30. Esse crescimento reflete o reconhecimento da Amazônia como território de múltiplas lutas, resistências e urgências sociais, que demandam respostas complexas e interdisciplinares.

Os resultados indicaram também que a produção está concentrada em instituições localizadas na região Norte, como UFAM, UFPA, IFAM e UEA, o que reforça a importância da territorialização da pesquisa. As redes de coautoria apontam para uma configuração colaborativa e descentralizada, ainda que marcada por assimetrias institucionais. O envolvimento de autores com inserção local fortalece o enraizamento das análises e evidencia o papel estratégico das universidades amazônicas na promoção de uma ciência engajada e sensível às especificidades regionais.

A pesquisa também identificou lacunas importantes. Apesar do avanço quantitativo, ainda é reduzido o número de estudos que abordam de forma interseccional as realidades de grupos historicamente invisibilizados, como pessoas com deficiência em comunidades ribeirinhas e rurais. A inclusão social, embora mencionada, não figura com centralidade nas produções analisadas, o que evidencia a necessidade de ampliar o escopo temático das pesquisas sobre direitos humanos na Amazônia.

Dessa forma, conclui-se que a produção científica sobre direitos humanos na Região Amazônica está em processo de consolidação, com potencial crescente de contribuir para políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Reforça-se a importância de fomentar estudos que integrem saberes tradicionais e científicos, que abordem a diversidade de sujeitos amazônicos e que operem com base em paradigmas críticos e decoloniais. Como compromisso ético, a ciência produzida na e sobre a Amazônia deve registrar as desigualdades, bem como propor caminhos concretos de justiça social, dignidade e cidadania para todos os povos da floresta.

O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Data de Submissão: 28/08/2025

Data de Aprovação: 05/09/2025

Processo de Avaliação: double blind peer review

Editora Geral: Profa. Dra. Hirdan Katarina de Medeiros Costa

Editores Convidados:

Prof. Dr. Dinaldo Barbosa da Silva Júnior (PPGD-UNIFAP-BRASIL)

Prof. Dr. Omar Huertas Díaz (UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA)

Prof. Dr. Diego Moura de Araújo (PPGD-UNIFAP-BRASIL)

Prof. Dr. Nicolau Eladio Bassalo Crispino (PPGD-UNIFAP-BRASIL)

Assistente Editorial: Alanna Ester Lopes Amorim

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010. Acesso em: 25 jun. 2025.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 350-369.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan.-jun. 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16/5. Acesso em: 25 jun. 2025.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BUARQUE, Cristovam. A miséria da política: propostas para enfrentar a pobreza no Brasil. São Paulo: Garamond, 2002.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Os direitos da pessoa humana. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 7-20, 2002. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/4c7d/c77cf4e426c539f555446bb5c00f26779ee5.pdf?utm. Acesso em: 8 jul. 2025.

FEARNSIDE, Philip Martin. Amazônia em perigo: desenvolvimento, meio ambiente e justiça social. Manaus: Valer, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania, inclusão social e participação popular: perspectivas críticas. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. A era do globalismo. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEITE, Sônia; SILVA, Mateus. Direitos Humanos e Amazônia: epistemologias insurgentes e o papel da universidade. Revista de Direitos Humanos e Democracia, Ijuí, v. 8, n. 2, p. 94-115, 2020. Disponível em:

https://revistas.uepg.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/18175. Acesso em: 25 jun. 2025.

LIMA, Fabiane; CORDEIRO, Elias. Educação inclusiva na Amazônia: desafios para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Educação & Fronteiras, Dourados, v. 9, n. 28, p. 219-238, 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacaofronteiras/article/view/10020. Acesso em: 25 jun. 2025.

MAIA, Jaqueline; SILVA, Regiane. Pessoas com deficiência e o acesso à justiça na Amazônia: um estudo preliminar. Revista Inclusão Social, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 45-59, 2018. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4573. Acesso em: 25 jun. 2025.

MAGALHÃES, Ana Maria de Souza. Educação e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MARQUES, Francis Bento; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; SOUZA, Renato Rocha. A bibliometria na pós graduação brasileira: uma revisão integrativa da literatura. TransInformação, Campinas, v. 35, e227089, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/rFySmBdKrCH5PcdcHhgTfDx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 ago. 2025.

MARTINS, José de Souza. A sociologia como aventura: memórias. São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_Sociologia_como_Aventura.html?id=_4e_BgAAQBAJ. Acesso em: 7 jul. 2025.

MATOS, Maria Almerinda de Souza et al. Direitos Humanos e a Pessoa com Deficiência. In: MATOS, Maria Almerinda de Souza (org.). NEPPD/FACED/UFAM: quem somos, o que fazemos e como em 23 anos (2001-2004) nos tornamos o que somos. Manaus: EDUA, 2024.

MENDES, Ana Paula; RODRIGUES, Carla Dias. Deficiência e território: desafios da inclusão na Amazônia brasileira. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 26, p. 47-64, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0031. Acesso em: 25 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Acordo de Paris. Convenção: Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Paris, 2015. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2015/cop21/por/l09r01.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As universidades e os territórios de

resistência. São Paulo: Cortez, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: ONU, 1948. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights. Acesso em: 2 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF: ONU, 2007. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jun. 2025.

PINHEIRO, P. S. Direitos humanos no Brasil: 50 anos depois. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

RAWLS, John. Justiça como equidade: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Jaqueline da; GONÇALVES, Tânia. A deficiência na Amazônia: limites das políticas públicas e os desafios da inclusão. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Brasília, DF, v. 34, n. 3, p. 453-470, 2018.

SEN, Amartya; NUSSBAUM, Martha (orgs.). A qualidade de vida. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Bibliometric Analysis On Human Rights In The Amazon

Hermenegildo Moises Nhabanga

Raquel de Carvalho Vieira

João Otacilio Libardoni dos Santos

Abstract: This article aims to carry out a bibliometric analysis of scientific production on human rights in the Amazon between 2014 and 2024. The aim was to identify the evolution of scientific production on human rights in the Amazon, the most recurrent authors, the institutions, journals, co-authorship networks, and keywords, as well as to map thematic gaps, with emphasis on studies addressing the inclusion of vulnerable groups. A quantitative and descriptive approach was adopted, using bibliometric techniques. Data were collected from databases such as Scopus, Web of Science and Science e Scientific Electronic Library Online (SciELO), and analyzed with the support of VOSviewer software. The results reveal a significant increase in publications during the period, highlighting the role of institutions from Northern Brazil and researchers engaged in intersectional themes. However, there is a lack of studies focused on people with disabilities and social inclusion in Amazonian contexts. It is concluded that, despite scientific advances, persistent silences remain that must be addressed by a critical and territorialized science committed to social justice and the diversity of Amazonian peoples.

Keywords: Human rights; Amazon; Bibliometrics; Social inclusion.

DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n56.76010
Conteúdo sob licença Creative Commons: Attribuition-NonCommercial-NoDerivative 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

(cc) BY-NC-ND